

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 45/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023” E N.º 46/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023”

7 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 3 de novembro de 2022, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023” e 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 31 de outubro de 2022, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Especializada Permanente de Economia até ao dia 7 de novembro de 2022.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região



Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço Regional de Saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2023 inicia-se o terceiro ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional dos Açores durante o ano de 2023.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2023, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2023, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2023

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação			
1.9 – Emigrado e Regressado	52.000	52.000	
1.10 – Identidade cultural e Açorianidade	223.000	223.000	
1.11 – Imigrado e Interculturalidade	46.000	46.000	
1.12 - Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	840.000	840.000	
1.13 - Ações de valorização e promoção da transição e transformação digital	294.381	294.381	



1.14 – Transição e transformação digital no âmbito do PRR	3.071.685	3.071.685	
1.16 – Sistemas de informação e infraestruturas de suporte	3.301.694	3.301.694	
1.17 – Cibersegurança e segurança da informação	341.400	341.400	
1.18 – Redes públicas e tecnologias de comunicação	85.840	85.840	
2 – Desenvolvimento social e inovação			
2.1 – Apoio à Infância e Juventude	2.830.412	2.830.412	
2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços	4.750.000	4.750.000	
2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	3.500.000	3.500.000	
2.4 – Apoio a Idosos	5.170.000	5.170.000	
2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	25.017.118	25.017.118	
2.12 – Programa de incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA)	5.026.100	5.026.100	
2.13 – Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação	205.000	205.000	
2.14 – Promoção de ecossistemas tecnológicos e digitais	312.850	312.850	
2.15 – Construção de parques de ciência e tecnologia	1.066.182	1.066.182	



3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo			
3.5 - Serviços Sociais	173.400	173.400	
4 – Educação e dinâmica cultural	33.243.147	33.150.000	93.147
5 – Promoção da Saúde, e Proteção Civil	57.764.362	57.764.362	
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral			
10.1 - Juventude	1.520.000	1.520.000	

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 9) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 9.25 – SREAC – Construções Escolares;
- b) 9.26 – SREAC – Reparação das Instalações da SREAC;
- c) 9.27 - SRSD – Instalações Desportivas;
- d) 9.28 – SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 9.29 – SRSD – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 9.33 – VPGR – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 9.34 - SREAC – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;



O Vice-Presidente do Governo Regional iniciou a sua intervenção a referir que “O plano de investimentos para o próximo ano para a área social é de cerca de 41 milhões de euros, o que representa um aumento de 45% em relação a 2022. São mais 13 milhões de euros do que este ano. Trata-se de um investimento sem paralelo na história da autonomia destinado ao social e às pessoas”

Mais de metade desse montante (25 milhões de euros) é reservada a investimentos nas áreas da “igualdade de oportunidades, inclusão social e combate à pobreza”.

Entre as medidas destacadas pelo Vice-Presidente do Governo Regional está o programa "Nascer Mais", iniciado em 2022 e proposto pelo Chega. O programa, que prevê a atribuição de 1.500 euros por criança nos 12 concelhos do arquipélago com maior quebra populacional, terá uma verba de 1,5 milhões de euros em 2023 (mais 300 mil euros do que em 2022), montante que pode ser gasto apenas em farmácias. Permite gastar naquilo que é essencial ao crescimento e ao bem-estar da criança, devidamente controlado e fiscalizado.

Em 2023, a creche será gratuita em todos os escalões nos Açores, assim como o acesso a amas, que terão um novo regulamento e um maior vencimento.

“Ao todo são cerca de 3.000 crianças abrangidas com esta política”, avançou Artur Lima.

O executivo previa isentar na totalidade as mensalidades das creches até ao final da legislatura (2024), mas decidiu antecipar a medida “em virtude do aumento do custo de vida e da necessidade de adotar as melhores políticas no imediato”.

O governante salientou ainda a alocação de “cerca de 2 milhões de euros” para o programa "Novos Idosos", cuja contratação pública está “quase em fase de conclusão” nos concelhos de Ponta Delgada e Praia da Vitória.

A proposta de Plano de Investimentos prevê ainda um aumento de 15% do complemento ao abono de família, do complemento regional de pensão, do complemento especial para doentes oncológicos (CEDO) e do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (Compamid).

Na área da ciência e tecnologia, também tutelada pela Vice-Presidência, está previsto um reforço de verbas para a academia açoriana.

“Este Plano e Orçamento aposta no desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, prevendo-se em 2023 atribuir a esta vertente um valor direto de 800 mil euros, o mais alto da última década”, afirmou Artur Lima.

Abertas as rondas de questões, inscreveram-se os deputados José Pacheco (CH), Carlos Freitas (PSD), Célia Pereira (PS) e Rui Martins (CDS-PP).



Questionado pelo deputado José Pacheco (CH) sobre o reforço de fiscalização da atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI), o governante disse que já houve um reforço de cinco inspetores e que, nos últimos dois anos, houve uma “descida substancial” do número de beneficiários.

“Tivemos uma descida substancial, não só devido a isso, mas a um conjunto de fatores. Em novembro de 2020, eram cerca de 14.200 beneficiários. Em setembro de 2022, 10.118 beneficiários. Diminuiu substancialmente”, afirmou.

Seguidamente, o deputado Carlos Freitas (PSD) perguntou em que consistia a Estratégia de Especialização Inteligente dos Açores (RIS3) e que ganhos a mesma traria para os Açores, tendo sido informado que esteve reunido o Conselho Regional de Inovação, que conta com cerca de 30 parceiros, para analisar a referida estratégia. Com os vários contributos, foi possível melhorá-la, introduzindo novas áreas. Vai-se dar maior ênfase a questões prioritárias como a social e a de saúde. Também contará com uma área emergente relativamente ao espaço, passando a incluir a ciência dos dados.

Pretende-se, com esta estratégia, um maior envolvimento das empresas, da academia e da sociedade em geral. Finalizou, referindo que a RIS3 se enquadra nos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e que a mesma será aprovada ainda no decorrer do presente ano civil para ser implementada em 2023.

A deputada Célia Pereira (PS) elogiou o aumento de verbas destinadas à área governativa da Solidariedade Social, mas mostrou preocupação com a redução de investimento em duas ações em particular, por comparação ao ano transato - incentivo ao arrendamento e cooperação (em cerca de 1.700.000 euros) e apoio aos públicos com necessidades especiais (em 1.650.000 euros) – questionando a razão de tal se verificar.

O Vice-Presidente explicou que nos anos de 2021 e 2022, o Governo Regional pagou dívidas herdadas do anterior executivo. Assim sendo, verifica-se uma diminuição dos valores a transferir para as Câmaras Municipais, em contratos ARAAL. Neste sentido, houve uma redistribuição de verbas e encontra-se um reforço na promoção, reabilitação e renovação habitacional em cerca de mais 2 milhões de euros, de modo a constar as verbas necessárias à requalificação de habitações previstas no PRR.

Quanto à redução verificada no “Apoio aos públicos com necessidades especiais”, a deputada foi esclarecida que se retirou do presente plano a verba que, no ano transato, estava alocada à



ação 2.3.6. “Construção do Centro de Paralisia de São Miguel”, no valor de 2,5 milhões de euros, pelo facto de a obra já estar concluída.

O deputado Rui Martins (CDS-PP) perguntou se havia algum projeto específico deixado pelo governo anterior direcionado para o combate ao despovoamento, visto a medida “Nascer+”, que visa dar um contributo nesta área, ter merecido muitas críticas por parte da oposição.

Perguntou, de igual modo, se a ação 2.3.3 – Construção de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial) - será uma realidade em 2023, visto ter havido um compromisso assumido pelo governo anterior sem que nunca a obra se tivesse concretizado.

A começar pelo fim, o Vice-Presidente referiu que a única coisa que havia da tutela anterior era uma intenção de levar a cabo esta obra, mas não passou realmente de uma mera intenção. Deu nota que a cedência do terreno para a obra está concluída e que está em fase de elaboração do projeto de base e de peças procedimentais.

Em relação à primeira questão, o governante disse não se recordar de nenhuma medida específica do governo anterior que se preocupasse com a questão do despovoamento e que a medida “Nascer+”, em articulação com outras que o atual governo já tomou, serão um fomento à natalidade. A problemática do despovoamento requer uma ação multisectorial e, por tal, há outras medidas também em vigor que ajudam à fixação de pessoas, como a baixa de impostos. O próprio programa “Novos Idosos” é outra medida importante. Há, portanto, um conjunto de medidas que conjugadas contribuirão para o combate ao despovoamento, o que contrasta, no entender do Vice-Presidente, com algumas medidas tomadas pelo Partido Socialista quando governava, como o encerramento de escolas em algumas freguesias.

Na segunda ronda, pediram a palavra as deputadas Alexandra Manes (BE), Ana Luis (PS) e os deputados José Pacheco (CH) e Flávio Soares (PSD).

A deputada Alexandra Manes (BE) lembrou que a propósito de uma petição discutida na Comissão de Assuntos Sociais, que pedia mais apoios para os doentes de Machado Joseph, o Vice-Presidente tinha anunciado a intenção do Governo Regional de criar um lar residencial para doentes com esta patologia, tendo para tal apresentado uma candidatura ao abrigo do PO2030. Neste seguimento, questionou o ponto de situação da mesma e, caso não haja resposta afirmativa por parte da União Europeia à candidatura apresentada, como previa atuar em relação a estes doentes e aos seus familiares.



A deputada foi esclarecida que a ação está prevista, portanto mantém-se a pretensão, mas aguarda-se a aprovação do PO2030. Segundo o governante, não é possível ter um cuidador dedicado a cada pessoa que padece da doença, mas é possível dar um apoio mais especializado às famílias.

Intervio, de seguidamente, a deputada Ana Luis (PS) que deu nota dos inúmeros investimentos dos governos socialistas que, no seu entender, por si só contribuem para a fixação de pessoas, como é o caso das creches, ATL, centros de dia e de noite. Neste sentido, e no âmbito do apoio aos idosos, questionou se o programa “Novos Idosos” seria expandido a outros concelhos.

O governante salientou que o programa “Novos Idosos” tem corrido bem. A contratação pública está “quase em fase de conclusão” nos concelhos de Ponta Delgada e Praia da Vitória. A iniciativa, com recurso a verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), prevê a atribuição de um apoio para que os idosos possam permanecer em casa e o executivo estima que possa ser alargada a outros dois concelhos dos Açores em 2023.

O deputado José Pacheco (CH) insistiu na questão anteriormente colocada pela deputada Alexandra Manes (BE), nomeadamente o que tem pensado o Governo Regional a nível de apoio aos doentes de Machado-Joseph e aos seus cuidadores, tendo sido, mais uma vez, esclarecido que existem instituições especializadas em determinados tipos de doenças no sentido de dar resposta às mesmas. Neste contexto, referiu que se conta com o apoio das referidas instituições, porque não é exequível a existência de um cuidador a tempo inteiro para apoio individual a cada doente.

A terminar o deputado Flávio Soares (PSD) fez referência às diferentes medidas de apoio aos mais carenciados, destacando o reforço feito na área da Solidariedade Social e perguntou como pretendo o Governo Regional aumentar o número de vagas na rede de amas dos Açores.

Em resposta, o Vice-Presidente referiu que “para o orçamento de 2023, há um conjunto de alterações ao regime que regula a atividade das amas na Região. Até ao momento, as mesmas eram pagas com um determinado valor de referência – 183 euros por criança, com um limite de quatro crianças. No orçamento, é proposta uma alteração que passa pela aplicação da fórmula do salário mínimo regional, em que as amas poderão ter uma retribuição bruta em regime de prestação de serviços de praticamente 900 euros. Esta alteração traduz uma clara e inequívoca melhoria no valor a auferir pela ama.” Com esta mudança, as amas só terão perda de rendimento, na ordem dos 25% por criança, se as razões forem imputadas à própria ama. É uma



medida complementar às creches e também se conta que o ISSA faça mais formação de amas. Neste momento há cerca de 36 amas em atividade e aproximadamente 140 crianças nesta rede.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS:

A Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais iniciou a sua intervenção a referir que o Plano de Investimentos do Governo para 2023 prevê uma dotação de 28,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 8% em relação ao Plano de 2022, num “evidente aumento contínuo” na formação das crianças e jovens.

“Como tem acontecido desde a tomada de posse deste governo, a maior fatia do Plano volta a ser aplicada na ação social, com 13 milhões de euros, destinados a esta ação do plano. Isto representa um aumento de 22% relativamente ao Plano anterior”.

A titular da pasta da Educação realçou, ainda, outras ações onde há reforço de investimento, como as “escolas digitais” e “construções escolares”.

Em relação à Cultura, a governante referiu que não haverá nenhum corte de verbas, esclarecendo que a redução de 1 milhão de euros no Plano para 2023 resulta apenas da integração, nos quadros da Administração Regional, de indivíduos que estavam contratados a prazo e que eram pagos pelo Plano, mas que agora serão pagos pelo Orçamento.

Concluiu afirmando que o Plano Regional Anual de 2023 é muito semelhante ao anterior e que conta com um reforço na ação destinada a “dinamização cultural”, pelo que não se retira apoios aos agentes culturais.

Aberta a primeira ronda, pediram a palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) e a deputada Alexandra Manes (BE).

O deputado Rodolfo Franca (PS) referiu que, na perspetiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, há um desinvestimento e não investimento na Educação, do ponto de vista geral, na ordem dos 15,4 milhões de euros a menos, tendo em conta o enorme corte na área das construções escolares, sensivelmente 17 milhões de euros a menos num comparativo com o Plano de Investimento de 2022. Neste seguimento, e tendo em conta que as políticas sectoriais apontam para a reestruturação do parque escolar, o deputado questionou como se justifica o desinvestimento apresentado.

O deputado perguntou, ainda, a razão de uma redução de verbas, na ordem dos 300 mil euros, alocadas às escolas digitais, no que respeita ao Programa 9.



Em resposta às questões colocadas, a governante justificou a redução de verbas afetas às obras escolares tendo em conta que em 2022 estiveram em curso três grandes obras - EBI de Rabo de Peixe, EBI de Capelas e EBI de Arrifes, sendo que a primeira está a ser concluída e a segunda já foi inaugurada, pelo que há valores avultados que já foram pagos.

Já no que toca às escolas digitais, a governante referiu que se constata o cenário contrário, há um reforço de verbas, na ordem dos 2 milhões de euros, não uma diminuição.

Em réplica, o deputado Rodolfo Franca (PS) falou na baixa execução do 1.º semestre nesta área governativa, tendo sido esclarecido que a informação disponível se refere aos meses de janeiro a junho, pelo que não pode ser descurado o facto de as aulas se iniciarem em setembro e de só agora estarem a chegar faturas para o pagamento de despesas relacionadas com o arranque do ano letivo.

De seguida, a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou como poderão as escolas assegurar o seu pleno funcionamento com uma dotação de apenas 250 mil euros para os programas ocupacionais, sabendo que houve uma redução deste pessoal nas escolas, o que tem causado transtornos.

A governante referiu que não se assistiu a uma redução do número de trabalhadores em efetividade de funções nas nossas escolas, mas sim a um aumento. “Em nenhuma instituição temos o número de pessoas que estão ao serviço da mesma, a decorrer da soma de contratos a termo indeterminado, com os contratos a termo resolutivo e outros programas, porque existem situações em que alguns trabalhadores estão a ser substituídos.” Há um aumento de trabalhadores em situação de estabilidade. O Governo Regional já aumentou 582 lugares de quadro e está a ser ultimado o concurso para mais 282 assistentes operacionais, o que representa um reforço muito significativo. Continua a haver uma dotação para os programas ocupacionais, mas apenas para situações muito pontuais.

Na segunda ronda, inscreveram-se o deputado Rodolfo Franca (PS) e as deputadas Délia Melo (PSD) e Alexandra Manes (BE).

O deputado Rodolfo Franca (PS) perguntou a razão de se reduzir a verba destinada ao desporto escolar, na sua vertente não competitiva, quando o discurso apresentado pelo Governo é contrário. Para além disso, fez referência à intenção de se investir no Ensino Profissional, mas a verba destinada ao apoio às instituições de ensino privado e formação é inferior ao verificado no ano transato. Pediu, deste modo, uma justificação para ambas as opções.



Quanto à primeira questão, o deputado foi esclarecido que não se pode afirmar que há uma redução de verbas no desporto escolar. A Secretária Regional lembrou que existe uma redução de custos nas deslocações entre ilhas, o que tem reflexos nas verbas propostas e que há, inclusivamente, uma maior preocupação com a inclusão de alunos com necessidades a vários níveis.

Quanto à segunda questão, a verba destinada ao “Apoio às instituições de ensino privado e formação” não cobre as Escolas Profissionais, visto que há verba específica para as mesmas que se encontra afeta à secretaria que tutela esta área - Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

A deputada Délia Melo (PSD) perguntou se é intenção deste governo dar continuidade às políticas de estabilidade do pessoal docente e de ação educativa nas escolas, tendo recebido resposta afirmativa por parte da governante.

Questionou, ainda, a razão do aumento de 22% no apoio social escolar, tendo a titular da pasta da Educação adiantado que este aumento de verbas na ação social escolar se destina a minimizar os impactos que a crise inflacionária, decorrente da crise energética, da crise sanitária e da guerra na Ucrânia, tiveram a nível mundial, e que se reflete também nos Açores.

Explicou, igualmente, que a par desta medida, outras há que ajudarão as famílias nos custos com a Educação. Deu nota que, com o anterior Governo, eram gratuitos os manuais no 1.º e 2.º anos de escolaridade e que com o Governo atual há uma evolução e, em 2023, haverá a extensão desta gratuidade até ao 8.º ano, num trabalho de continuidade ao longo da legislatura.

Por último, a deputada Alexandra Manes (BE) fez notar a ausência de uma verba prevista para a intervenção na Escola Luísa Constantina, em Rabo de Peixe, tendo sido esclarecida que a escola referida se insere na unidade orgânica da EBI de Rabo de Peixe, logo não terá de surgir discriminada no Plano. Para além disso, referiu que, no ano em curso, há intervenções que estão a decorrer na escola sem que as mesmas estivessem apontadas no Plano, pelo que se dará continuidade a esta ação. Para além disso, lembrou que há um reforço nas obras escolares da responsabilidade da secretaria que tutela, podendo situações da escola em questão estar cabimentadas.

Já no que toca à Cultura, a deputada Marta Matos (PS) pediu a palavra para questionar a governante acerca das opções de redução de investimento na área em questão, ao que foi esclarecida que a redução de 1 milhão de euros no Plano para 2023 resulta apenas da



integração, nos quadros da Administração Regional, de indivíduos que estavam contratados a prazo e que eram pagos pelo Plano, mas que agora serão pagos pelo Orçamento.

“Trata-se de uma diminuição dos contratos ocupacionais que, tendo dado lugar a um aumento de lugares no quadro, naturalmente transitou para o Orçamento da região”, clarificou Sofia Ribeiro. A governante disse ainda que houve um reforço na ação da “dinamização cultural” e da “Qualificação dos Serviços Externos da DRAC”.

Também sobre esta temática, a deputada Alexandra Manes (BE) questionou a opção de o Governo aumentar a verba destinada à dinamização cultural em vez de reforçar as verbas do RJAAC, como era pretensão dos agentes culturais, ao que foi informada que a “dinamização cultural” abarca, também, a arte contemporânea, com atividades com expressão nos agentes culturais. No próprio RJAAC estão a ser analisadas as majorações para uma maior capacitação e reforço dos projetos que façam uma interligação entre os vários agentes culturais com as bibliotecas e museus.

O deputado Rui Martins (CDS-PP) destacou, pela positiva o facto de o atual Governo ter alterado a forma de funcionar que vigorava no passado, ou seja, o facto de antes serem usadas verbas inscritas nos investimentos para pagar despesas, deixando no Plano o que se refere, somente, a verdadeiros investimentos. Neste seguimento, perguntou se as consequências deste ato, que levam à inscrição de uma menor verba no Plano, poderão ser interpretadas como um desinvestimento na Cultura e se, por esta via, a área em questão continuará a ser o parente pobre dos investimentos públicos, à semelhança do que acontece a nível nacional.

Perguntou, também, se a execução nesta área governativa é insuficiente até ao presente ou se a área necessitou de um reforço. Por último, questionou se os apoios às filarmónicas serão o suficiente.

A transição de verbas do Plano de investimentos para o Orçamento da Região justifica a redução de verbas na Cultura, não podendo ser feita a leitura que há uma desvalorização desta área.

No que respeita aos apoios previstos, os mesmos acompanham as execuções que têm sido feitas, tanto no ano a decorrer como nos anteriores, mesmo antes da pandemia. Deu, a título de exemplo, a verba destinada ao RJAAC, que em 2019 foram pagos 716 mil euros e agora está prevista uma verba de 850 mil euros, ou seja, um aumento.

Numa segunda ronda destinada à área da Cultura, usaram da palavra a deputada Marta Matos (PS) e Alexandra Manes (BE).



A deputada Marta Matos (PS) referiu que a atribuição de prémios culturais permite a valorização, o incentivo e o reconhecimento dos artistas. Nesta sequência, perguntou que prémios culturais pretende o Governo atribuir em 2023, tendo em conta que há uma redução de verbas na ordem dos 70% na ação 4.8.10.

A governante explicou que se pretende manter a atribuição dos prémios nas mesmas áreas atribuídas este ano e lembrou que foi o atual Governo que inscreveu esta verba para o efeito nos Planos, uma vez que estava indistinta nos planos anteriores.

Perante a insistência na pergunta, a responsável pela área da Cultura acrescentou que, a ser necessário, faria a redução em alguns prémios, mas lembrou que houve um reforço na “Dinamização cultural”, precisamente para a dinamização dos projetos das entidades, pelo que não se pode afirmar que tenha havido uma redução significativa nesta área governativa.

A finalizar, a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou o que já foi feito em relação à área do audiovisual e a razão de não estar prevista verba para a mesma em 2023. Quis, também, saber se os Açores marcarão presença na Feira do Livro de Lisboa.

A governante explicou que o “audiovisual” transita do projeto de dinamização das atividades cultural para o projeto de defesa e valorização do património arquitetónico e cultural, portanto continuará a haver investimento nesta área.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego iniciou a sua intervenção afirmando que o Governo dos Açores vai investir mais de 1,5 milhões de euros (€1.520.000,00) na Juventude no próximo ano, em áreas como a promoção da cidadania e formação dos jovens e a mobilidade dentro e fora da Região. Conforme explicou, estes documentos orçamentais “são realistas, porque estão alinhados com a execução dos últimos anos, e incorporarem, à semelhança dos anos anteriores, a dotação de uma verba para o pagamento de compromissos assumidos pelo anterior Governo Regional”. A titular da pasta da Juventude elencou algumas das novas ações inscritas no Plano de Investimentos para o próximo ano, como o Programa de Apoio ao Empreendedorismo, Criatividade e Talento Jovem – AECT, com uma dotação de 75 mil euros, e o Programa de Apoio a Atividades Formativas e Vocacionais de Jovens em Risco em Contexto de Programas Educativos Adaptados – RE(AGE), com uma



dotação de 30 mil euros. A preparação e implementação da primeira fase da construção do Plano Regional para a Literacia e Participação Democrática Jovem arranca também no próximo ano com a elaboração de um estudo para aferir o estado de literacia e participação democrática dos jovens, com uma dotação inicial de 35 mil euros. A Secretária Regional destacou, também, o reforço da verba para o programa MOOV, de 75 mil euros este ano para 80 mil euros em 2023, para apoiar a mobilidade na Região de formandos das escolas profissionais para efeitos de estágio curricular e para apoiar a visitas de estudo de alunos das escolas açorianas às escolas profissionais da Região. O apoio ao associativismo tem uma dotação de 200 mil euros, voltam a ser uma aposta do Executivo açoriano para a juventude açoriana.

Aberta a primeira ronda de questões, o deputado Vílson Gomes (PS) pediu a palavra para fazer referência à linha de apoio social para estudantes, que surge inscrita com um valor de 5 mil euros. Neste sentido, questionou se a mesma não deveria ser reforçada dada a atual conjuntura em que vivemos, o que levará mais estudantes a procurarem esta ajuda.

Em resposta, a governante explicou que o Plano está alinhado com a execução dos últimos anos. Neste seguimento, partilhou que em 2022, na mesma ação, havia a dotação inicial de 25 mil euros e a dotação revista foi de 2 mil euros, com base na real execução até ao momento da referida revisão. Por isso, a verba foi definida em função do que foi executado, com um acréscimo de mais 3 mil euros.

O deputado Flávio Soares (PSD) referiu que o Plano vai ao encontro dos jovens e perguntou a que se deve o reforço da verba do programa MOOV e qual o seu objetivo, tendo sido esclarecido que o programa mencionado foi recentemente alterado e passou a existir o “MOOV Nemésio Pro” e o “MOOV visit pro”. Agora é possível promover competências socioprofissionais de jovens em Escolas Profissionais, levando os alunos a desenvolverem estágios noutras ilhas ou a visitarem escolas da mesma natureza que a sua outra ilha.

Na segunda ronda, o deputado Vílson Gomes (PS) voltou a intervir para questionar em que medida a Secretaria Regional da Juventude participou na preparação do Plano e Orçamento, em áreas transversais que afetam os jovens.

A governante explicou que o Governo trabalha de uma forma articulada e integrada nas suas políticas multisectoriais.



DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

O Secretário Regional da Saúde e Desporto iniciou a sua intervenção explicando que a proposta de Plano e Orçamento dos Açores para 2023 aloca 57,7 milhões de euros para a Saúde, prevendo um aumento de 50% nas verbas para contratar recursos humanos.

O Secretário Clélio Meneses considerou que a capacitação dos recursos humanos no Serviço Regional de Saúde (SRS) é uma “marca da governação” regional, realçando que os incentivos à fixação de enfermeiros vão avançar “ainda este ano” e que está previsto um aumento de verbas para a contratação de pessoal em 2023.

“Não nos podemos ficar pelas palavras para incentivar a fixação. Isto tem de ter uma correspondência financeira. Por esta mesma razão, temos um aumento de 50% no valor previsto para capacitar o SRS de recursos humanos. Um dos grandes problemas do SRS é escassez de recursos humanos”, venceu.

O governante realçou ainda o investimento de 8,3 milhões de euros para “modernizar” o SRS, que vai ficar “dotado de equipamentos e tecnologias mais atualizadas”.

Em 2023, segundo a proposta de Plano e Orçamento, vão ser alocados 3,7 milhões de euros para combater a listas de espera, através do programa Ciruge.

O Secretário da tutela avançou ainda que o Plano Regional de Saúde está em “fase final de elaboração”, prevendo-se que entre em discussão pública no início de 2023.

Aberta a primeira ronda de questões, a deputada Alexandra Manes (BE) questionou sobre a verba destinada à implementação do hospital digital da região em 2023, previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo Clélio Meneses detalhado que estão inscritos 3,6 milhões de euros para a medida.

O deputado Tiago Lopes (PS) criticou o atraso na elaboração do Plano Regional de Saúde e o “corte” de 1,5 milhões de euros previsto para a capacitação do sistema de saúde em 2023 em comparação com 2022.

Na resposta, o governante lembrou que nos Orçamentos anteriores foram incluídas verbas para que a atividade assistencial atingisse os níveis pré-pandemia da covid-19, destacando que em 2021 existiram mais consultas, cirurgias e exames do que em 2018 e 2019.

O Secretário Regional acrescentou que foram contratados sete psiquiatras nos últimos dois anos, em resposta à deputada do PSD, Ana Quental.



O deputado Rui Martins (CDS-PP) abordou o facto de o Programa do XIII Governo ter previsto um alargamento do programa de rastreios oncológicos na Região e questionou o que é que estava previsto nesse particular para o ano de 2023, ao que o governante respondeu que a Secretaria que tutela estava a trabalhar com o Centro de Oncologia dos Açores na estratégia a implementar para o rastreio do cancro do pulmão, uma vez que a região tem índices de incidência alarmantes e muito acima da média nacional.

Na segunda ronda de questões, a deputada Alexandra Manes (BE) referiu que o Centro de Saúde da Ribeira Grande está muito degradado, no entanto encontra uma verba de somente 25 mil euros inscrita no Plano. Nesta sequência, perguntou a que se destinava este montante e se as obras arrancariam em 2023.

O governante explicou que, de facto, aquele Centro de Saúde não tem condições para os seus trabalhadores e utentes. A verba proposta será para se fazer a identificação de terrenos e o programa preliminar. A obra será financiada pelo PO2030, pelo que a sua execução não se poderá iniciar em 2023.

Seguidamente, o deputado Tiago Lopes (PS) questionou o motivo de se inscrever no Plano 25 mil euros na ação 5.5.2., “Estratégia e plano para implementar o enfermeiro de família na Região Autónoma dos Açores”. O deputado lembrou que o Secretário Regional havia referido que existia um grupo de trabalho para definir a estratégia, mas que, passado um ano, ainda não se conhece o seu trabalho. Lembrou, ainda, que o montante previsto já constava de planos anteriores, mormente no de 2021 e 2022.

Em esclarecimento, o governante referiu que o grupo foi criado e nele participam várias entidades de forma gratuita. Ainda não há conclusões do grupo, mas este Governo Regional tem este compromisso e irá cumprir. O Secretário Regional lamentou o facto de a situação ter sido exposta como se o Governo estivesse em incumprimento, quando na realidade foi o Governo Socialista que nunca cumpriu o seu dever para com a classe de enfermeiros, na revisão das carreiras.

Por último, solicitou a palavra a deputada Salomé Matos (PSD), tendo iniciado a sua exposição realçando que a verba destinada à digitalização e modernização do setor da saúde, nas ações 5.6.4. e 5.5.5., é muito significativa. Neste seguimento, pediu um esclarecimento mais pormenorizado acerca deste investimento.



Nesta sequência, o Secretário Regional informou que os valores relativos a PRR não são apenas os previstos nas ações indicadas, mas também no programa 5.2., totalizando cerca de 10 milhões de euros. A interoperabilidade é uma questão importante e facilitará toda a comunicação na área da saúde, uma vez que, de momento, os sistemas utilizados nos Hospitais diferem dos que se utilizam nos Centros de Saúde, o que dificulta o trabalho assistencial. A aposta nos equipamentos e *softwares* servirão para garantir uma comunicação mais ágil, com ganhos para todos.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção dando nota que o Plano da EMA-Espaço para 2023 está dividido em quatro pontos onde se cobrem as seguintes atividades: Implementação de Infraestruturas Tecnológicas, através da implementação da Estratégia dos Açores para o Espaço e de projetos de educação e disseminação de cultura científica; Projeto RAEGE – Ilha das Flores, nomeadamente o desenvolvimento e aumento das capacidades instaladas na estação RAEGE na ilha das Flores; Projetos e Infraestruturas Aeroespaciais, no que toca à implementação do Hub Espacial de Santa Maria, que inclui o porto espacial e participações em entidades parceiras, e o Projeto RAEGE – Santa Maria, que inclui o contrato-programa com a Associação RAEGE Açores, bem como os custos operacionais e investimentos assumidos pelo GRA para assegurar a operação da Estação de Santa Maria e o desenvolvimento de projetos e aumento das capacidades instaladas na estação.

Adiantou, também, que o plano da EMA-Espaço 2023 assenta em 3 pontos chave – a articulação de esforços e desenvolvimento conjunto de projetos com os nossos parceiros nacionais e internacionais, com o objetivo de atrair empresas e atividade privada; a forte aposta em projetos de disseminação e educação, como a realização do CanSat Júnior Açores, a rede regional de Professores Espaciais e Workshops e, por fim, a consolidação das infraestruturas científicas e o foco na atração de capacidades científicas da RAEGE e novas possibilidades que possam daí ocorreram.

Aberta a primeira ronda, a deputada Alexandra Manes (BE) interveio para questionar como foi executada a verba inscrita no Plano de 2022 destinada à RAEGE da ilha das Flores. Para além da questão, a deputada considerou que o Plano de 2023 é pouco ambicioso, tendo havido uma redução da verba alocada a esta área governativa e perguntou a razão de tal opção.



Em resposta, o Subsecretário deu nota que o Governo está empenhado no projeto RAEGE, um projeto que resultou da parceria com o Instituto Geográfico Nacional de Espanha. Daí resultou a implementação de uma componente tecnológica que serve à área da geodesia, na ilha de Santa Maria. O Governo Regional propôs que fosse aproveitada a posição geográfica da ilha das Flores para se expandir nesta área, mas os parceiros não estão disponíveis para avançar com o financiamento do mesmo, pelo que todo o custo terá de ser suportado pela Região e ronda os 10 milhões de euros. Mantém-se a ambição no desenvolvimento da Estação RAEGE na ilha da Flores, mas a mesma terá de ser feita com responsabilidade e dentro das capacidades financeiras disponíveis. A verba alocada a esta Estação serve para o trabalho preliminar.

Seguidamente, o Subsecretário fez uma breve exposição sobre outra área governativa que está sob a sua alçada – a transição digital. Começou, assim, por referir que o foco será no desenvolvimento de projetos de valorização e promoção da transição e transformação digital, bem como na execução do PRR, especificamente através do desenvolvimento de projetos de valorização e promoção da transição e transformação digital, apoiados pelo PRR, denominados APR + Serviços mais ágeis e APR + Proativa. Trata-se da consolidação de um conjunto de políticas, em cerca de 10 milhões de euros, que se pretende que tenha reflexo direto na eficiência dos diversos setores da economia e na qualidade de vida das pessoas.

A deputada Ana Luis (PS) pediu a palavra para solicitar esclarecimentos acerca das verbas alocadas ao programa 1.14., mais especificamente ao APR + Proativa, no sentido de compreender a que se destinam. Perguntou, ainda, se havia no Plano alguma verba destinada à implementação do projeto de nómadas digitais.

A deputada foi informada que o montante destinado ao APR + Proativa seria para projetos como o novo portal de serviços e a intranet da Administração Pública Regional. Quanto à segunda questão, o Orçamento da Região tem uma verba de cerca de 120 mil euros para o efeito.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do CH emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e IL, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e IL, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 7 de novembro de 2022.



A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)